

## Ser ou não ser? uma análise diacrônica da relação entre agricultura familiar e produção de soja

### To be or not to be? a diachronic analysis of the relationship between family farming and soybean production

Vanderlei Franck Thies\* 

#### Resumo

A produção de soja tem elevada importância no cenário nacional e do Rio Grande do Sul, estando presente em parte dos estabelecimentos da agricultura familiar. O processo de mercantilização tem intensificado a presença dos impérios alimentares e a subordinação dos agricultores a sua lógica, promovendo processo de concentração e exclusão no campo, resultando na diferenciação dos agricultores. O presente estudo, de caráter longitudinal, tem por objetivo analisar as alterações no perfil da produção de soja e identificar a diferenciação dos agricultores familiares em relação ao seu cultivo no município de Salvador das Missões (Rio Grande do Sul - Brasil). Para tal foi realizado estudo de caso, com a obtenção de dados primários, em 2003 e 2018, junto as mesmas famílias. Os dados foram analisados através da comparação de painéis e as famílias categorizadas segundo as distintas trajetórias percorridas ao longo do tempo. Observou-se a desativação da produção de soja pela maioria das famílias, em paralelo com a concentração da terra, do capital e da produção em um grupo menor de agricultores. Identificou-se quatro trajetórias familiares, sendo elas: descontinuidade da produção de soja; aumento da área cultivada; continuidade do cultivo em pequenas áreas; ausência do cultivo de soja.

**Palavras-chave:** soja; trajetórias; longitudinal; exclusão; agricultura familiar.

#### Abstract

Soybean production has great importance in the national scenario and in Rio Grande do Sul, being present in part of the family farming establishments. The commodification process has intensified the presence of food empires and the subordination of farmers to their logic, promoting a process of concentration and exclusion in the countryside, resulting in the differentiation of farmers. This longitudinal study aims to analyze changes in the profile of soybean production and identify the differentiation of family farmers in relation to their cultivation in the municipality of Salvador das Missões (Rio Grande do Sul - Brasil). For this, a case study was carried out, with primary data obtained, in 2003 and 2018, with the same families. Data were analyzed by comparing panels and families categorized according to the different paths taken over time. The deactivation of soybean production by most families was observed, in parallel with the

\* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Viamão, RS, Brasil.  
E-mail: [vftc3@yahoo.com.br](mailto:vftc3@yahoo.com.br)

concentration of land, capital and production in a smaller group of farmers. Four family trajectories were identified, namely: discontinuity of soybean production; increase in cultivated area; continuity of cultivation in small areas; absence of soy cultivation.

**Keywords:** soy; trajectories; longitudinal; exclusion; family farming.

## Introdução

A produção de soja tem destacada importância no cenário macroeconômico nacional e no Rio Grande do Sul (RS), em especial quando pondera-se sua contribuição na composição do valor global da produção e a participação nas exportações agropecuárias (COSTA et al., 2020; BONETTI et al., 2020). Por outro lado, a difusão da sojicultura impulsiona profundas mudanças na economia, na sociedade, nos sistemas produtivos e ecossistemas (FAVARETO, 2019; ELOY; WESZ JUNIOR; BÜHLER, 2022), sendo elemento gerador de conflitos sociais e ambientais (SODRÉ et al., 2019; SILVA; SACCO DOS ANJOS, 2020; ZIMMERMANN; COHENE; RIQUELME, 2021; SANTOS et al., 2022).

Atualmente o Brasil é o maior produtor e exportador mundial desse grão. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, em 2021, foram cultivados cerca de trinta e nove milhões de hectares de soja (IBGE-PAM, 2021) e no RS seu cultivo passou de 3,8 para 6,1 milhões de ha, entre 2008 e 2021 (FEE Dados, 2022). De acordo com Bonetti et al. (2020), a soja é a principal atividade agropecuária gaúcha, sendo responsável por cerca de 36% do Valor Bruto da Produção (VBP), que é destinada à 49 países, gerando US\$ 4,99 bilhões de dividendos, tendo a China como destino de 80,20% do volume exportado.

A expansão da sojicultura na América do Sul, ou o “boom da soja”, ocorreu entre meados dos anos 1990 e 2016 (ELOY; WESZ JUNIOR; BÜHLER, 2022) e se insere crescentemente na dinâmica de acumulação do capital e financeirização da agricultura, que foi impulsionada pelo ciclo crescente dos preços das *commodities* no período mais recente (SILVEIRA, 2017; SANTOS et al., 2022). Esse processo é sustentado pela aliança entre grande propriedade fundiária e os complexos agroindustriais internacionalizados, que contam com o suporte público, através de políticas macroeconômicas e de financiamento (ESCHER; WILKINSON, 2019). As demandas do setor são barganhadas por agentes do agronegócio sojeiro, que se

articulam politicamente para ampliar sua influência sobre o Estado, tanto nas questões setoriais como em outros aspectos que podem afetar o interesse do avanço da soja, com as questões ambientais, indígenas, agrárias, trabalhistas ou alimentares (POMPEIA, 2020).

Além disso, considerando a dinâmica interna da cadeia, a conformação de impérios alimentares – que expressam a forma contemporânea de controle do capital sobre os processos de produção, processamento e distribuição de alimentos – amplia a dependência dos agricultores, reduzindo sua autonomia e margens de manobra, frente a dependência técnica e a pressão do *squeeze* dos preços de venda de insumos e compra da produção (VAN DER PLOEG, 2008; 2017). Disso decorre a elevação do consumo intermediário e a redução das margens de lucro dos agricultores (THIES, 2022). Nos últimos anos houve um intenso processo de fusões e aquisições de empresas que operam no setor sojícola, o que resultou num pequeno número de grandes corporações transnacionais que controlam a produção de máquinas e insumos utilizados na sojicultura, sendo que o mesmo também é observado na agroindustrialização e exportação do produto (WESZ JUNIOR; GRISA, 2017; PIERRI; WESZ JUNIOR, 2017).

Diferentes perspectivas são apontadas na literatura especializada que tem discutido a relação entre a produção de soja e a agricultura familiar no sul do Brasil. Destacam-se opiniões críticas, que sublinham a dependência tecnológica, as implicações ambientais negativas do monocultivo e também a insuficiência de escala e inviabilidade econômica, apontada por cálculos de custos de produção (WESZ JUNIOR; BUENO, 2008; ZANON et al., 2010; ANDRIOLI, 2016; BAZOTTI, 2016). Trata-se de uma atividade produtiva portadora de riscos para a reprodução social de agricultores familiares (WESZ JUNIOR; GRISA, 2017), contudo, em que pese o processo de crescente exclusão de muitas famílias, a produção de soja segue presente nos sistemas produtivos de parte das famílias que compõem essa categoria social (DEON; AZEVEDO; ALMEIDA NETTO, 2017; CARBONERA et al., 2020a; 2020b), sendo uma importante atividade na configuração da sua renda (THIES, 2020).

Geralmente os estudos que abordam a sojicultura entre agricultores familiares são baseados em dados de campo coletados em apenas um ano agrícola. Embora gerem resultados muito relevantes, tal opção metodológica produz a fotografia de um determinado momento, deixando lacunas sobre a dinâmica da relação ao longo dos anos e da influência da sojicultura sobre as trajetórias de uma mesma família ao longo do

tempo. Considerando essa lacuna metodológica e o contexto apresentado anteriormente, o presente trabalho, de caráter longitudinal, pretende contribuir com o avanço na compreensão das dinâmicas de desenvolvimento rural analisando as seguintes questões: quais são as principais mudanças no perfil da produção de soja entre agricultores familiares ao longo do tempo? Quais as diferentes trajetórias históricas percorridas por agricultores familiares considerando sua relação com a sojicultura?

De modo específico, o objetivo do trabalho é analisar as alterações no perfil da produção de soja e discutir a diferenciação dos agricultores familiares em relação ao seu cultivo no município de Salvador das Missões (RS), entre os anos de 2002 e 2017. Através de estudo de caso e comparação de painéis, com dados obtidos junto as mesmas famílias nos dois anos considerados, pretende-se identificar e analisar as diferentes trajetórias familiares relacionadas ao cultivo de soja.

Além dessa introdução, em que se delinea a problemática e objetivos da pesquisa, o trabalho destaca, na sequência, os parâmetros teóricos que balizam a análise, o contexto empírico e os procedimentos metodológicos utilizados. Depois disso, são apresentados e discutidos os resultados do estudo e, por fim, as considerações finais.

### **Abordagem teórica**

A produção de soja está amplamente inserida nas dinâmicas mercantis da atualidade. Para Escher e Wesz Junior (2022) a China, como uma das grandes potências geopolíticas internacionais, tem adotado estratégias assertivas, mais flexíveis, através das quais ampliou, desde o início do século XXI, de modo bastante rápido, sua participação e controle sobre o complexo de produção e exportação de soja no Cone Sul. O desenvolvimento recente da produção de soja no Brasil está fortemente associado as dinâmicas de mudanças alimentares na China, especialmente impulsionadas pela ampliação do consumo de carnes, que tem na soja brasileira uma das importantes fontes para a alimentação animal, o que fez aquecer a demanda internacional e elevar os preços desta *commodity*, ampliando a lucratividade da atividade, todavia elevando a dependência da produção brasileira ao mercado chinês e também as oscilações internacionais (ESCHER; WILKINSON, 2019; ESCHER; WESZ JUNIOR, 2022).

Nesse contexto dinâmico desenvolve-se a relação dos agricultores familiares com a sojicultura. Conforme Schneider (2016) a agricultura familiar é definida como uma categoria social em que a força de trabalho familiar é predominante nas atividades produtivas que geram produtos e alimentos que são destinados tanto para o autoconsumo como para a venda, configurando uma forma específica de trabalho e produção, em áreas de terra geralmente pequenas e onde interações familiares e comunitárias são bastante intensas e de elevado valor simbólico.

Parte-se do pressuposto que os agricultores familiares estudados estão inseridos em ambientes amplamente mercantilizados e heterogêneos (CONTERATO et al., 2011), em que, no exercício de sua condição de atores sociais e frente a contextos históricos hostis (LONG, 2007; VAN DER PLOEG, 2008), desenvolvem distintas estratégias de resistência e diversos estilos de agricultura, com vistas a sua reprodução social, o que impulsiona o processo de diferenciação e constituição de heterogeneidades nos espaços rurais (SCHNEIDER, 2003; NIEDERLE; ESCHER; CONTERATO, 2014).

Entende-se que os mercados não são estruturas externas e dadas a priori, sob as quais os sujeitos possuem pouca capacidade de incidir. Considera-se, em outra perspectiva, que os mercados são construções sociais, resultado da interação e das disputas entre os diversos atores e que eles são constituídos na interface das esferas econômica e social (CONTERATO et al., 2011; NIEDERLE; ESCHER; CONTERATO, 2014).

A mercantilização implica negociação e disputas para o controle dos mercados, compondo processos complexos e não lineares (CONTERATO et al., 2011). Segundo argumenta Van der Ploeg (2008, p. 07) “Os mercados globais agrícolas e alimentares de hoje representam um novo fenômeno que tem fortes impactos na agricultura, onde quer que ela seja desenvolvida”. A constituição desses impérios alimentares, que possuem características expansionistas, hierarquizadoras e produtoras de ordens materiais e simbólicas, é uma nova e poderosa forma de ordenar o mundo rural e está diretamente associada as maiores ou menores possibilidades de viabilização da agricultura familiar.

De acordo com Van der Ploeg (2008), a *forma camponesa* de fazer agricultura tem um modelo de relação com os mercados fortemente baseado em circuitos curtos e descentralizados, onde a produção e o consumo de alimentos têm vínculos mais locais e regionais, que tendem a fugir do controle direto do capital. Já a *forma empresarial* e a *forma capitalista* constituem um modelo centralizado, ligado ao consumo mundial, que

opera crescentemente em escala global, sob o controle do capital, através de grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos. Esse segundo modo de ordenamento é constituidor dos *impérios alimentares* (VAN DER PLOEG, 2008), que incidem diretamente sobre as trajetórias familiares.

Conforme Van der Ploeg (2008), trata-se do processo de avanço da subordinação dos agricultores a lógica dos impérios alimentares. Tais impérios são representados pelas grandes corporações agroalimentares que procuram controlar os processos de produção, industrialização e distribuição de alimentos, desenvolvendo cadeias alimentares longas, o que gera a desconexão entre produtores e consumidores e destes com os ecossistemas. Nele predominam os alimentos industrializados, o consumo abusivo, as propagandas manipuladoras, a padronização e a massificação de produtos. Esse modelo já apresenta mazelas, como os problemas relacionados a saúde pública (obesidade e desnutrição), problemas ambientais e exclusão de pequenos agricultores (VAN DER PLOEG, 2008).

Em perspectiva analítica diacrônica Van der Ploeg (2017) tem destacado a importância da realização de estudos longitudinais, para possibilitar a análise dos percursos históricos trilhados pelos agricultores. A constituição de bases de dados coletados em distintos momentos ao longo do tempo permite observar elementos convergentes e divergentes nas trajetórias familiares, as dinâmicas da mudança agrária, os resultados em termos de capacidade de reprodução e diferenciação social das famílias e as tendências do desenvolvimento rural.

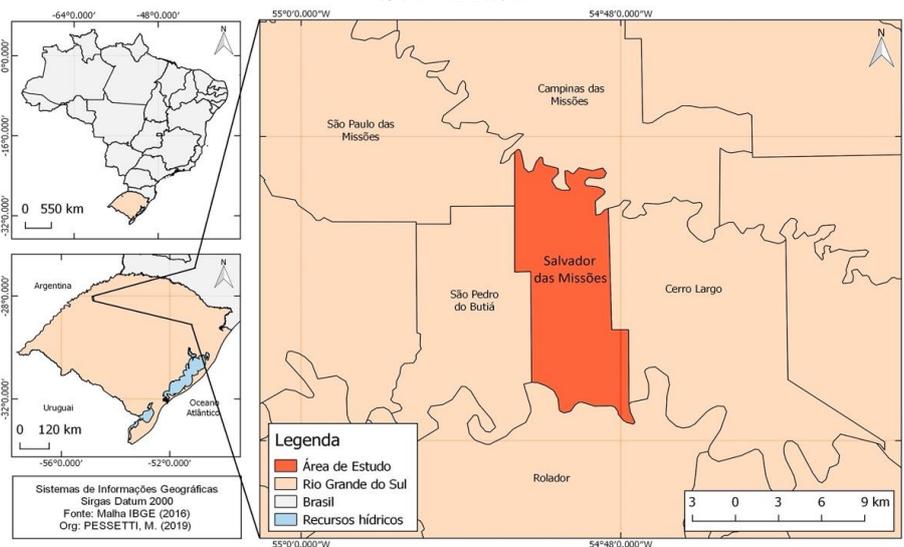
### **Contexto empírico e procedimentos metodológicos**

Salvador das Missões localiza-se na região das missões do Rio Grande do Sul, distando cerca de 500 km da capital gaúcha, como se observa no Mapa 1. Possui 2.669 habitantes (IBGE, 2010), com forte presença de descendentes de imigrantes europeus (sobretudo alemães e italianos). A população rural perfaz 59% da população total e a economia do município é fortemente baseada na agricultura, onde se destaca as cadeias produtivas de grãos (soja, milho e trigo), leite e suínos. Na mesorregião Noroeste do RS, onde o município está inserido, a expansão do cultivo de soja foi impulsionada desde os anos 1960, na esteira do processo de modernização da agricultura (BRUM,

1992), contando, historicamente, com importante suporte de políticas públicas (DELGADO, 2012; PIERRI; WESZ JUNIOR, 2017; WESZ JUNIOR; GRISA, 2017).

Nesse município 86,19% dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar e ocupam 75,16% das áreas rurais, respondendo por 75,29% do valor produzido pela agricultura municipal (IBGE, 2017). A produção de soja, leite, suínos e grãos (soja, milho e trigo), amplamente mercantilizadas, integram as principais atividades agrícolas que compõem os sistemas produtivos no município (LIMA; HENRIQUES; HENNING, 2012; THIES, 2020). Trata-se de espaço representativo de parte das mais importantes dinâmicas econômicas, sociais e produtivas que permeiam os processos de reprodução social da agricultura familiar no sul do Brasil, o que justifica sua escolha para a realização do estudo.

**Mapa 1** - Município de Salvador das Missões: localização no Estado do Rio Grande do Sul - Brasil



**Fonte:** Malha IBGE (2016).  
**Org.:** Elaborado pelo autor (2022).

No estudo das trajetórias busca-se compreender as dinâmicas das mudanças vivenciadas pelas famílias rurais, considerando suas configurações específicas, em termos demográficos, de disponibilidade de recursos e as estratégias por elas desenvolvidas (THIES, 2020). Com base nesses recursos e em suas escolhas, como atores sociais (LONG, 2007), as trajetórias são constituídas na interação das famílias com a sociedade englobante, onde atuam variáveis de nível micro, meso e macrorregional, que incidem como elementos catalizadores, ou limitadores, das

escolhas feitas pelas famílias. Não se desconsidera a importância das variáveis extra familiares, de nível meso e macro analítico<sup>1</sup> para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento rural, mas o presente trabalho tem caráter micro analítico, enfocando as transformações rurais a partir da observação das dinâmicas familiares. Assim, através da análise da diferenciação das famílias e de suas distintas trajetórias busca-se compreender os processos de transformação dos espaços rurais, tomando como unidade de análise as famílias agricultoras.

Um estudo longitudinal é constituído utilizando dados gerados em, ao menos, dois momentos ao longo do tempo. Para a realização de um estudo longitudinal de trajetórias familiares é fundamental que os dados sejam coletados, nos diferentes momentos ao longo do tempo, com o mesmo grupo de famílias. Assim, o presente trabalho realiza um estudo longitudinal que analisa trajetórias de agricultores familiares de Salvador das Missões. É importante que o leitor tenha presente que o universo empírico amostrado está circunscrito aos agricultores familiares, o que limita comparações com as dinâmicas atinentes a sojicultura que extrapolem os sujeitos integrantes a essa categoria social.

A primeira coleta de dados primários foi realizada em janeiro de 2003 (ano 1), referente ao ano agrícola 2002. Tal coleta deu-se no âmbito do Projeto de Pesquisa Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade (AFDLP/2004)<sup>2</sup>. A segunda coleta de dados primários ocorreu em janeiro de 2018 (ano 2), referente ao ano agrícola 2017, no âmbito da realização de projeto de pesquisa conjunto entre a UFRGS e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Cerro Largo.

No primeiro ano da pesquisa (2003) os dados foram coletados por meio de amostra sistemática por comunidade, sendo selecionadas no total, por sorteio, 58 famílias. No segundo ano da pesquisa (2018) as mesmas famílias foram procuradas e todas participaram novamente do estudo. Nos dois anos foram utilizados os mesmos parâmetros e procedimentos para a coleta de dados, o que permitiu a construção de série

---

<sup>1</sup> Para esse nível de análise recomenda-se a leitura de Delgado (2012), Pierrri e Wesz Junior (2017), Sosa (2017), Eloy, Wesz Junior e Bühler (2022) e Santos et al. (2022).

<sup>2</sup> Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e executado em parceria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). A pesquisa englobou os municípios gaúchos de Veranópolis, Três Palmeiras, Morro Redondo e Salvador das Missões. O acesso ao banco de dados deste último município possibilitou o desenvolvimento do presente trabalho.

histórica com diversas informações, incluindo características familiares, das unidades produtivas e sobre a produção de soja.

Nos dois anos da pesquisa a coleta de dados foi guiada por um questionário estruturado, composto de diversos blocos de questões sobre: a unidade doméstica: a família e seus componentes (idade, sexo, escolaridade, migração); as condições produtivas: estrutura fundiária, o capital e o trabalho disponível (forma de obtenção da terra, área total disponível, benfeitorias, máquinas, alocação do trabalho); os sistemas produtivos: o trabalho e o processo de produção animal e vegetal, destino da produção; o valor gerado: as rendas agrícolas e não agrícolas, valor agregado, valor bruto da produção, valor líquido, formação das rendas; aspectos sociais e políticos que afetam a agricultura familiar e o desenvolvimento local: participação política, meios de comunicação, expectativas sobre o futuro; as políticas públicas e o papel do Estado: acesso à assistência técnica, financiamento, Previdência Social, políticas locais, mercados institucionais. Em 2018, foram acrescentadas novas questões, sobretudo sobre as transformações vivenciadas no intervalo do período estudado.

Os procedimentos adotados para a coleta dos dados, nos dois anos da pesquisa, foram padronizados segundo as recomendações do “Manual do Pesquisador”, elaborado especificamente para orientar o trabalho de campo (AFDLP, 2004). A pesquisa, quanto aos procedimentos, é classificada como estudo de caso e o objetivo do presente trabalho tem caráter descritivo e explicativo em relação aos fenômenos observados.

Os dados foram considerados através de análise histórica e comparativa (MARCONI; LAKATOS, 2010), utilizando os procedimentos de comparação de painéis e estatísticas descritivas. Os cálculos econômicos seguiram os procedimentos recomendados por Lima et al. (1995). Os valores monetários, referentes ao primeiro ano da pesquisa, foram atualizados para o segundo ano do estudo, utilizando-se para tal o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), que é calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e está disponível no site do Banco Central do Brasil.

As trajetórias das 58 famílias pesquisadas foram classificadas utilizando-se como critério principal o vínculo das famílias com a produção de soja. A partir desse critério, com base nos dados de campo, as famílias foram classificadas em quatro distintos tipos de trajetórias, sendo: aquelas que produziam soja no ano 1 e não mais produziam soja no ano 2; aquelas que produziam soja nos dois anos do estudo e onde se

observou ampliação da área plantada com esse cultivo; aquelas que mantiveram-se produzindo soja em pequenas glebas; e aquelas sem produção de soja nos dois anos.

### **Transformações gerais relacionadas a produção de soja**

Das 58 famílias pesquisadas, no primeiro ano do estudo, 49 cultivavam soja, totalizando 366,5 ha, em áreas médias desse cultivo de 7,47 hectares (ha). Em 2017, apenas 18 famílias continuavam cultivando soja, em área total de 454,5 ha e área média familiar de 25,25 ha com esse cultivo. Ou seja, no período considerado ocorreu forte desativação da produção de soja entre os agricultores pesquisados (63,26% das famílias que cultivavam soja em 2002 não mais a cultivavam em 2017) e expressivo aumento da área média de cultivo das famílias que mantiver sua produção.

Também se observou elevação da área total cultivada (aumento de 24,01%) e da área média cultivada por família (aumento de 238,02%). O aumento da área cultivada com soja entre os agricultores familiares de Salvador das Missões demonstra a importância dessa cadeia produtiva para esse grupo social, todavia, isso ocorre em paralelo a desativação da produção de soja para a maior parte das famílias, explicitando uma dinâmica concomitante de exclusão e concentração da produção.

O valor do Produto Bruto (PB)<sup>3</sup> da produção de soja<sup>4</sup> passou de R\$ 856.222,52 para R\$ 1.407,605,50, todavia, em termos relativos, a contribuição da soja na composição do valor total da produção das famílias caiu de 21,39% para 17,78%. Essa movimentação decorre, especialmente, do aumento mais intenso da participação da produção animal, sobretudo de leite e suínos, na composição PB total da produção do conjunto das famílias.

O Gráfico 1 mostra as mudanças ocorridas no perfil das famílias e dos sistemas produtivos, entre 2002 e 2017, segundo estratos de área cultivada com soja. Mudanças expressivas acontecem no estrato das famílias que cultivavam até 10 ha com soja, no qual ocorre redução no número de famílias sojicultoras, da área cultivada com soja e do

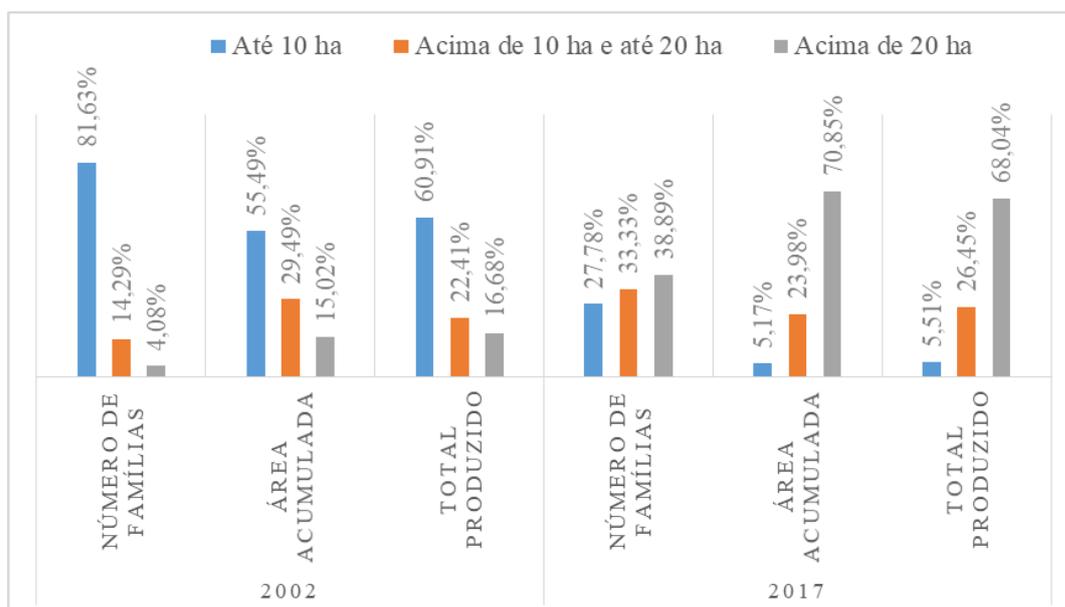
---

<sup>3</sup> O Produto Bruto (PB) é obtido pela conversão em valores monetários de toda produção gerada pelas famílias ao longo de um ano agrícola, incluindo os produtos de origem animal, vegetal e agroindustrializados que são vendidos ou consumidos pela própria família. O valor monetário é obtido pela multiplicação das quantidades produzidas pelos preços unitários de venda, sendo expresso em Reais (R\$).

<sup>4</sup> O PB da soja refere-se exclusivamente ao PB gerado pela produção da soja em um ano agrícola.

valor da produção acumulada. Por outro lado, no estrato com mais de 20 ha cultivados com soja, ocorre exatamente o inverso, o que evidencia processo de concentração dessa atividade produtiva entre as famílias pesquisadas, com declínio das menores lavouras e ampliação das maiores, tanto em termos do número de famílias, como da área total e valor produção acumulada no estrato de maiores áreas.

**Gráfico 1** - Salvador das Missões: participação relativa do número de famílias, área acumulada e valor da produção por estratos de área cultivada com soja, 2002 e 2017.



**Fonte:** Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e Pesquisa de campo 2018.

No primeiro ano da pesquisa as famílias colheram cerca de 838 mil kg de soja, com produtividade média de 2.288 kg/ha e produção média por família de cerca de 17 mil kg. No segundo ano a quantidade de soja colhida passa para 1,43 mil toneladas (aumento de 70,91%), tendo produtividade de 3.151 kg/ha e produção média por família de mais de 79 mil kg. Ou seja, além da redução do número de famílias que cultivavam e do aumento da área média plantada, ocorreu expressivo crescimento do volume total de soja produzido, em decorrência de ganhos de produtividade ao longo do tempo.

É importante destacar que, entre as famílias pesquisadas, a produtividade aumenta 37,72% entre 2002 e 2017. Isso representa uma taxa média de crescimento de 2,51% ao ano, o que revela a capacidade desse grupo de produtores em aprimorar os sistemas produtivos ao longo do tempo, gerando expressivos ganhos pelo incremento da produtividade média do cultivo. Todavia, no segundo ano do estudo, eles apresentam

nível médio de produtividade de soja inferior à produtividade média do Rio Grande do Sul (3.385 kg/ha) e do Brasil (3.378 kg/ha) (IBGE-PAM, 2017).

Quanto a destinação da produção, observou-se que do total de soja colhido em 2002, 2,36% eram utilizados, por cinco famílias, para a alimentação de animais na própria unidade de produção, prática que é mantida por apenas uma família, em 2017. Isso revela que o cultivo de soja é destinado, quase exclusivamente, para o comércio, sendo raramente destinado ao consumo interno das unidades familiares de produção.

Para 85,71% dos agricultores que produziam soja, em 2002, o Produto Bruto (PB) da venda de soja representava menos que 50% do PB total familiar e, em 2017, isso ocorre para 83,33% dos agricultores. Ou seja, no caso dos agricultores familiares sojicultores, nos dois anos da pesquisa, o cultivo da soja foi compatibilizado com outras atividades agropecuárias, pois para a maioria das famílias a sojicultura gerou menos de metade do valor da produção. Apenas para duas famílias, em 2017, o PB da soja ultrapassa 90% do PB familiar, casos em que a produção agropecuária familiar fica altamente dependente desse cultivo.

### Trajетórias familiares relacionadas a produção de soja

A análise dos diferentes tipos de vínculos das famílias com a sojicultura permitiu identificar as distintas trajetórias familiares ao longo do tempo. Conforme o Quadro 1, quatro trajetórias foram percorridas pelas famílias pesquisadas no intervalo de tempo analisado. Elas variam desde a expansão do cultivo de soja até os casos em que não foi observado seu cultivo nos dois anos do estudo.

**Quadro 1** - Caracterização das trajetórias familiares em relação à produção de soja

Trajетórias	Descrição da trajetória	Número de famílias
1	Produziam soja no primeiro ano e não mais produziam no segundo ano	31
2	Ampliaram a produção de soja	13
3	Mantiveram-se como pequenos produtores de soja	7
4	Não produziam soja em nenhum dos anos da pesquisa	7
<b>Total</b>	-	<b>58</b>

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

A trajetória percorrida pelo maior número de famílias foi aquela em que ocorreu a interrupção da produção de soja entre os da pesquisa. A segunda trajetória mais frequente foi aquela em que as famílias ampliaram a área de cultivo de soja. A terceira trajetória agrupa as famílias que mantiveram-se produzindo soja em áreas diminutas e quarta trajetória engloba as famílias que, nos dois anos do estudo, não desenvolviam a produção de soja. Ainda que delimitada pelo universo da agricultora familiar, essa tipologia atende a recomendação metodológica de Eloy, Wesz Junior e Bühler (2022) de utilizar instrumentos de coleta de dados e critérios não binários de classificação dos atores envolvidos na produção de soja, que permitam captar a heterogeneidade, mesmo entre formas camponesas de agricultura.

A Trajetória 1 é formada por famílias que passam de modo mais intenso por um processo de envelhecimento e redução do número médio de seus integrantes, como se observa na Tabela 1. Com isso, ocorre sensível redução da disponibilidade familiar de força de trabalho, que cai de 90,02 UTHs (Unidade de Trabalho Humana)<sup>5</sup> para 51,94 UTHS. Metade dessas famílias também desativaram integralmente a produção de leite – segunda principal atividade econômica do conjunto das famílias estudadas – e, além disso, reduziram a intensidade das demais atividades agrícolas, tanto para o comércio como para autoconsumo. Conforme Thies e Conterato (2023), essas famílias passam por um processo de desagrarização, em que ocorre o distanciamento das atividades agrícolas, que decorre do ciclo demográfico familiar e da ausência de sucessores. Essa desativação das atividades agrícolas (VAN DER PLOEG, 2008) também é explicada pela ampliação da pluriatividade como estratégia de reprodução social, com elevação da alocação do trabalho familiar em atividades não agrícolas, que dobra no período estudado, como se observa na Tabela 1.

As principais razões apontadas pelas famílias que integram a Trajetória 1 para a interrupção da produção de soja foram as seguintes: 32,26% passaram a arrendar as terras, em função de envelhecimento e ausência de sucessores; para 32,26% isso ocorreu em função da venda da terra e ao êxodo rural; e 19,35% das famílias destacam que

---

<sup>5</sup> Uma UTH equivale a 300 dias de trabalho de oito horas e mede a quantidade disponível de trabalho familiar, sendo calculada considerando-se a idade e o tempo dedicado às atividades produtivas. Quanto à idade, considerou-se: 1,0 UTH (de 18 a 59 anos); 0,75 UTH (de 14 a 17 anos, ou mais de 60 anos); 0,5 UTH (de 7 a 13 anos); em caso de um membro da família estudar um turno, contabilizou-se somente 50% desse valor.

investiram na especialização da produção animal, sobretudo de leite, mas também suínos. Outras três razões foram destacadas como causas da descontinuidade da produção de soja, cada qual apontada por 9,68% das famílias: possuir pouca terra; produção não compensava; e falta de mão de obra.

**Tabela 1** - Salvador das Missões: tamanho e idade média das famílias e alocação de trabalho familiar em atividades não agrícolas nas diferentes trajetórias, 2002 e 2017.

	Número médio de pessoas por família		Idade média dos integrantes das famílias (anos)		UTHs familiares em atividades não agrícolas (%)	
	2002	2017	2002	2017	2002	2017
Trajectoria 1	4,19	2,71	40,10	57,39	14,11	28,46
Trajectoria 2	4,54	4,08	43,26	51,49	3,83	8,04
Trajectoria 3	4,29	3,29	27,87	43,81	15,23	35,40
Trajectoria 4	4,29	3,00	42,68	55,15	24,29	19,42

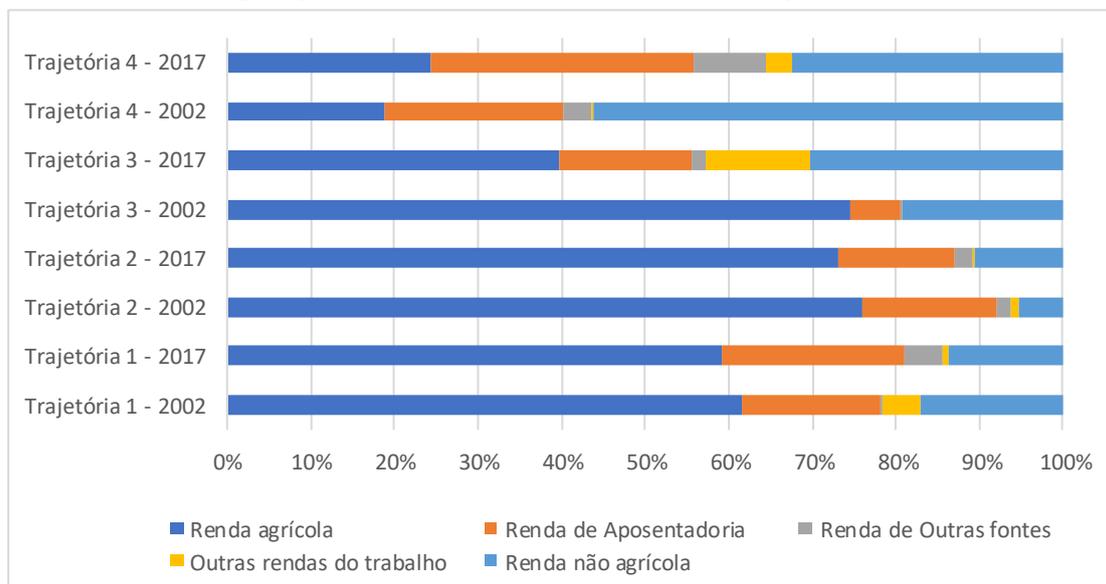
**Fonte:** Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e Pesquisa de campo 2018.

Em que pese a idade média das famílias que interromperam a produção de soja ser superior à das demais famílias, não se pode afirmar, de modo absoluto, a associação entre o abandono do cultivo de soja com o envelhecimento e a redução do número de integrantes das famílias. Três das famílias pesquisadas, formadas por casais de idosos que, em 2017, possuíam idade média de, aproximadamente, de 72 anos, seguiam produzindo soja em áreas superiores a 19 hectares. Isso se explica em decorrência do elevado nível de tecnificação da produção e da existência de prestadores de serviços especializados no cultivo de soja, o que possibilita que essas famílias, com elevada idade média e reduzido número de integrantes, continuem com seu cultivo.

Sem desconsiderar esses três casos específicos, em termos de tendência geral e de modo relativo, pode-se apontar a elevação da idade média das famílias como um dos elementos explicativos da descontinuidade do cultivo de soja para parte expressiva das famílias da Trajetória 1. Essa associação também é observada nas famílias da Trajetória 4, que não cultivavam soja em nenhum ano da pesquisa, pois elas possuem perfil etário e de tamanho médio similar ao das famílias da Trajetória 1 (vide Tabela 1). Em ambas as trajetórias ocorrem elevação da importância relativa da renda de aposentadoria, como se observa no Gráfico 2. Esses resultados corroboram a importância dos recursos previdenciários para os agricultores (DELGADO, 2015) e convergem com os resultados de pesquisa que apontam que essa modalidade de renda possui especial relevância entre

as famílias rurais onde não ocorre o processo de sucessão (SPANEVERELLO et al., 2017; BOSCARDIN; SPANEVERELLO, 2019).

**Gráfico 2** - Salvador das Missões: participação relativa das diferentes modalidades de renda na composição da renda total entre as distintas trajetórias, 2002 e 2017.



**Fonte:** Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e Pesquisa de campo 2018.

No caso das famílias da quarta trajetória ocorre sensível redução da importância da pluriatividade como estratégia de reprodução social – a renda não agrícola passa de 56,26% para 32,37% da renda total do grupo, mas ele segue sendo a maior entre as distintas trajetórias nos dois anos do estudo, conforme Gráfico 2. Cabe destacar a importância que assume a renda de outras fontes entre as famílias dessa trajetória, que decorre especialmente do arrendamento de suas terras para terceiros. O arrendamento de terras, como estratégia de reprodução social, articula de modo sinérgico famílias com o perfil das Trajetórias 1, 2 e 4. Essa complementariedade entre famílias agricultoras de idade média mais elevadas, com vínculos mais intensos com a previdência rural (Trajetória 1 e 4) e agricultores familiares que modernizaram suas atividades produtivas e que desenvolvem formas empresariais de agricultura (VAN DER PLOEG, 2008) (Trajetória 2), também foi observada nos estudos de Guedes e Cazella (2019) e Guedes, Cazella e Capellesso (2020).

Trata-se de dinâmica bastante relevante no contexto da agricultura familiar estudada, onde encontram-se famílias com demandas e desejos complementares. De um

lado, tem-se um grupo de agricultores modernizados (Trajetória 2), capitalizados, vinculados ao circuito financeiro e que desenvolvem a forma empresarial de agricultura (VAN DER PLOEG, 2008), que demanda constantemente ampliação de escala, todavia tais famílias possuem limite no tamanho das áreas próprias, tornando-se assim demandantes de terras para arrendar. Do outro lado tem-se um grupo de famílias (Trajetória 1 e 4) possuidoras de terras, que não se viabilizaram como produtoras de soja no processo de modernização da agricultura e que possuem limites na disponibilidade de força de trabalho que, nesse contexto restritivo, optam pela condição de maior conforto e menores riscos possibilitado pelo arrendamento de suas terras. Tal prática também foi impulsionada pelo ciclo recente de aumento dos preços das terras (BACHA; STEGE; HARBS, 2016; FRITZ et al., 2018) e a crescente financeirização das commodities agrícolas (SANTOS et al., 2022), o que elevou a rentabilidade do arrendamento.

O processo de mercantilização e sojicização desse setor da agricultura familiar, nos quais as famílias da Trajetória 2 estão ativamente inseridos, torna-os dependentes da ampliação da escala de produção para viabilizarem-se economicamente, dada a elevada necessidade de investimentos em capital e a demanda por capital de giro, que é disponibilizado pelo setor financeiro. Assim, entre esses agricultores familiares que desenvolvem a forma empresarial de agricultura, reduz-se a autonomia e consolida-se a dependência tecnológica, genética e de insumos. Ainda que entre as famílias da Trajetória 2 tenha se observado a ampliação da contratação de força de trabalho, que passou de 0,18 para 0,26 UTHS/família entre os anos do estudo, não se pode falar na metamorfose de uma forma camponesa para a forma capitalista, pois tais famílias tipicamente desenvolvem a forma empresarial de agricultura, em conformidade com a tipologia de Van der Ploeg (2008).

A Trajetória 3 é formada por pequenos plantadores de soja que, tipicamente, cultivavam, em média, cerca de quatro hectares de soja nos dois anos da pesquisa. Essas famílias se diferenciam das demais por serem mais jovens e utilizarem ativamente a pluriatividade como estratégia de reprodução social, combinado com a ampliação da obtenção de renda de Outras Rendidas do Trabalho, destacadamente através da alocação de trabalho familiar em atividades agrícolas fora da unidade familiar de produção. O grupo é formado por sojicultores com menor disponibilidade de terra e capital, sendo

altamente dependentes da prestação de serviços de máquinas de terceiros para desenvolver a produção de soja.

As famílias da terceira trajetória possuem restrições para ampliação de escala produtiva, resultante da disponibilidade escassa de fatores de produção, o que limita sua viabilização através da forma empresarial de agricultura (VAN DER PLOEG, 2008). Assim, sua estratégia de reprodução social passa pela alocação de trabalho familiar fora da sua unidade de produção, seja em atividades não agrícolas ou agrícolas, o que explica a elevação dessas modalidades de renda e a diminuição da importância relativa da renda agrícola, como se observa no Gráfico 2. Elas tendem a descontinuar, no futuro, o cultivo de soja, em função de limites de acesso ao crédito agrícola de custeio, ao aumento dos custos e também em função das facilidades do arrendamento e a pressão da demanda dos arrendatários, tanto para o arrendamento como para a compra de suas glebas.

As famílias da Trajetória 2 são aquelas que cultivam soja nos dois anos do estudo e que ampliaram a superfície desse cultivo entre os anos da pesquisa de, em média, 9,8ha para 33,2ha, como se observa na Tabela 2. Ou seja, são famílias que triplicaram a área cultivada com soja num intervalo de quinze anos. Além disso, cabe destacar que a soja também aumenta sua importância relativa entre essas famílias, pois no primeiro ano do estudo a área cultivada com soja cobria 39,84% da SAU<sup>6</sup> familiar, passando para 69,94% no segundo ano do estudo. Entre as famílias dessa trajetória é bastante recorrente a produção de leite, que também cresce expressivamente no período, pois elas passam a responder por 56,03% do volume total de leite produzido no segundo ano da pesquisa, ante 42,44% no primeiro ano. Todas as famílias dessa trajetória, mantinham produção para autoconsumo no segundo ano da pesquisa, sobretudo em hortas e pomares diversificados (todas as famílias), bem como de galinhas (84,62% das famílias), bovinos – carne e leite (69,23% das famílias) e suínos (53,85% das famílias).

Tais famílias também ampliam a área cultivada com milho (de 69 ha para 114,5 ha) e trigo (de 37,5 ha para 177 ha), mas é especialmente do forte crescimento da produção de leite (passa de 644 mil litros para 1,7 milhões de litro) e da ampliação da área cultivada com soja (passa de 127 ha para 421 ha) que decorre a concentração do valor da produção entre as famílias da segunda trajetória. Elas produziam cerca de um

---

<sup>6</sup> Superfície Agrícola Útil - SAU: é a área utilizada com os cultivos ou pelas criações, ou seja, é a parte da área total que é efetivamente usada pelos sistemas produtivos, sendo medida em hectares.

terço do PB no primeiro ano do estudo, valor que sobre para 54,35% no segundo ano, evidenciando expressiva concentração do valor da produção e diferenciação dessas famílias ao longo do período estudado.

O incremento das atividades produtivas está associado a variáveis demográficas, pois essas famílias possuem o maior número médio de integrantes e maior disponibilidade de trabalho familiar nos dois anos do estudo, além de compor o grupo com o menor nível de alocação de trabalho em atividades não agrícolas, como se observou na Tabela 1. Já na Tabela 2 pode-se observar que essa trajetória agrupa as famílias com maior disponibilidade média de terra e capital, nos dois anos da pesquisa, o que evidencia que estes também são fatores determinantes desse tipo de trajetória.

**Tabela 2** - Salvador das Missões: SAU média familiar, área cultivada com soja e valor médio do capital familiar em cada trajetória, 2002 e 2017.

	SAU média familiar (ha)		Área média familiar com soja (ha)		Capital médio familiar (em mil R\$)	
	2002	2017	2002	2017	2002	2017
Trajétória 1	15,02	5,83	7,06	0	47	89
Trajétória 2	24,60	47,47	9,80	33,20	114	190
Trajétória 3	12,19	10,33	4,05	4,79	35	131
Trajétória 4	12,75	10,41	0	0	73	68

**Fonte:** Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e Pesquisa de campo 2018.

Como apontado anteriormente, outra característica das famílias da Trajetória 2 é o intenso uso de terras de terceiros, sobretudo na forma de arrendamento, para ampliar a superfície agrícola utilizada, que passa de 129 ha para 216 ha entre os anos do estudo. Essas famílias eram responsáveis por cerca de um terço da área total cultivada com soja no primeiro ano do estudo, valor que passa para 92,79% no segundo ano.

Observou-se que as famílias sojicultoras (Trajetórias 2 e 3), em 2002 e 2017, apresentaram renda per capita mensal superior a das famílias que não cultivavam soja. Entre as famílias sojicultoras a renda passou de 1,06 para 3,34 salários mínimos per capita mensal, enquanto entre as famílias não sojicultoras esse valor passou de 1,01 para 2,7 salários mínimos per capita mensal. Os níveis mais elevados de renda entre os sojicultores decorrem da concentração de terra (possuem 73,11% da área total cultivada por todas as famílias pesquisadas no segundo ano do estudo, ante 42,21% no primeiro

ano) e capital (possuem 61,89% do capital total das famílias pesquisadas no segundo ano do estudo, ante 47,82% no primeiro ano).

Além disso, o crescimento mais intenso da renda entre as famílias sojicultoras também se explica pelo benefício da política pública de crédito, sobretudo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, pois os sojicultores pesquisados, em 2017, concentravam 83,84% dos valores financiados, ante 62,48%, em 2002. Tais dados são corroborados pela literatura, que aponta o aumento da importância relativa da participação da soja na absorção dos recursos do PRONAF, sobretudo no sul do Brasil (WESZ JUNIOR, 2021). Soma-se a isso o fato de que as Trajetórias 2 e 3 serem as únicas em que, no segundo ano da pesquisa, todas as famílias recebiam acompanhamento técnico, seja ele de origem pública ou privada.

Nesse contexto, o crédito público, notadamente o PRONAF, tem reforçado um processo de especialização e concentração da produção, em paralelo a exclusão de muitas famílias, sendo um dos vetores da diferenciação entre os agricultores familiares. Tal constatação reforça a argumentação sobre a necessidade de rever o foco da atuação dessa política pública, ajustando sua forma e conteúdo, dado o processo de concentração e exclusão que tem impulsionado, sendo um dos importantes vetores da diferenciação da agricultura familiar (CONTERATO; BRÁZ; RODRIGUES, 2021; WESZ JUNIOR, 2021).

Por fim, é importante sublinhar novamente que as famílias pesquisadas estão circunscritas à categoria social de agricultores familiares. Em que pese sua diferenciação, seja em termos de disponibilidade de terras e capital, ou de volume de produção de soja, bem como pelo processo de concentração da produção evidenciado pelo estudo, é fundamental diferenciar os maiores produtores familiares de soja aqui analisados, de grandes produtores não familiares e megaempresas sojicultoras.

Estes últimos, conforme Sosa (2017), possuem áreas cultivadas e volumes de produção expressivamente superiores aos agricultores familiares, além de acesso facilitado aos mercados financeiros internacionais, utilizam ativamente tecnologias de ponta nos processos de gestão e produção e, beneficiados pelas economias de escala, tendem a expandir a produção de soja, com base em formas capitalistas de agricultura (VAN DER PLOEG, 2008). Com isso, constituem-se como concorrentes e elemento de ameaça para o futuro dos sojicultores familiares, sobretudo, num contexto de ampliação

da concentração e centralização do capital e da terra, bem como da crescente financeirização da agricultura (SANTOS et al., 2022).

### Considerações finais

O trabalho analisou as alterações no perfil da produção de soja e, através da comparação de painéis, identificou as diferenças entre agricultores familiares em relação ao seu cultivo. Além disso, o estudo longitudinal, junto às mesmas famílias, num intervalo de tempo de 15 anos, apontou as distintas trajetórias familiares relacionadas ao cultivo de soja. É importante destacar o caráter micro analítico da pesquisa, que centra a análise em variáveis de caráter mais interno as dinâmicas familiares. Em que pese não termos aprofundado a discussão das implicações de variáveis meso e macro sobre as trajetórias familiares, a exemplo da política fiscal, taxa de câmbio e juros, entendemos que as mesmas são altamente relevantes para a compreensão da totalidade das mudanças nas dinâmicas agrárias e agrícolas, todavia não as abordamos dado o escopo e os limites de espaço do presente manuscrito.

A comparação de painéis permitiu evidenciar um processo com duas direções, observando-se a sojicização e desojicização da agricultura familiar. A sojicização ocorreu com as famílias que mantiveram a produção de soja, entre as quais observou-se elevação da produtividade média, da área total e da área média familiar cultivada com soja, sendo que essas famílias apresentaram renda média per capita superior à das famílias não sojicultoras. É importante destacar que, apesar do aumento da superfície média cultivada com soja, tal atividade representou menos da metade do valor da produção familiar para a maioria dessas famílias, o que demonstra sua complementariedade com outras atividades agropecuárias e a importância dessa cadeia produtiva para esse setor sojeiro, que se tornou minoritário ao longo do tempo.

Por outro lado, para a maioria das famílias, ocorre o processo de desojicização, com a desativação dessa atividade produtiva. Isso ocorre entre a maioria das famílias, sobretudo entre as menos capitalizadas e que são possuidoras de áreas menores. Assim, a comparação de painéis permite explicitar uma dinâmica combinada de crescimento e concentração da produção de soja num grupo reduzido de famílias, em paralelo com forte processo de exclusão produtiva da maioria delas. Cabe sublinhar que o estudo

mostra que não condiz com a realidade a ideia de absoluta separação entre agricultores familiares e sojicultura, dado o processo consistente de sojicização de parte das famílias pesquisadas. Portanto, em termos diacrônicos, a ampliação do monocultivo de soja tem ampliado a homogeneização produtiva dos espaços rurais, ao mesmo tempo em que impulsiona assimetrias e a diferenciação dos agricultores familiares.

O processo de sojicização da agricultura familiar e a concentração da terra e do capital ocorrem de modo articulado, o que gera a concentração da produção e da renda, bem como a exclusão produtiva de muitas famílias, o que impulsiona as desigualdades socioeconômicas nos espaços rurais. Tais processos contam com suporte local e global dos impérios alimentares, que estruturam uma cadeia produtiva bastante funcional para os agricultores, desde que incorporem formas empresariais de agricultura e, para tal, contam com redes de serviços que disponibilizam, de modo ágil, insumos e orientação técnica, contando com o suporte de políticas públicas, destacadamente a de crédito.

Ao longo do tempo as famílias pesquisadas se diferenciaram, percorrendo quatro trajetórias, considerando seus vínculos com a produção de soja. A primeira trajetória, percorrida pela maioria das famílias, foi aquela em que a soja era cultivada no primeiro ano do estudo e que tal atividade não era mais realizada no segundo ano. Essa trajetória é constituída por famílias menos numerosas e mais velhas, dada a ausência de sucessores, o que limita a disponibilidade de força de trabalho e leva as famílias a comporem suas estratégias de reprodução social combinando, em diferentes níveis, redução de atividades agrícolas, pluriatividade, arrendamento de terras para terceiros e obtenção de renda previdenciária, num processo de intensa desagrarização. Entre esses agricultores familiares ocorre o processo de desojicização.

A segunda trajetória é formada por sojicultores em ascensão, que ampliam essa atividade e viabilizam-se em tal condição por serem possuidores de áreas de terras maiores e volumes mais elevados de capital, além de disporem de maior quantidade de trabalho familiar e os mais reduzidos níveis de alocação de trabalho em atividades não agrícolas. Eles desenvolvem a forma empresarial de agricultura, alcançando níveis mais altos de renda per capita, ainda que se tornem fortemente dependentes dos interesses dos impérios alimentares e posicionem-se de modo subordinado na dinâmica dos mercados globais. Tais famílias contam com o suporte de crédito público e assistência técnica, o

que possibilita que a soja amplie seu espaço, compondo um grupo de agricultores familiares em processo de sojicização.

As famílias em processo de sojicização não são exclusivamente sojicultoras, pois desenvolvem a produção de soja de modo combinado com outras atividades agrícolas, entre elas a produção de leite, milho e trigo e também a produção diversificada para autoconsumo. Todavia, elas compõem um setor da agricultura familiar que não se dedica exclusivamente à produção de alimentos para o autoconsumo ou mercado interno, pois estão ativamente inseridas no mercado mundial de commodities agrícolas.

A terceira trajetória é configurada por famílias que mantiveram o cultivo de soja em pequenas glebas, possuindo menores áreas e escassa disponibilidade de capital, sendo fortemente dependentes de prestadores de serviços. São famílias mais jovens, em que a alocação da força de trabalho familiar fora da unidade de produção, em atividades agrícolas e não agrícolas, possui grande centralidade nas estratégias de reprodução social. São sojicultores que possuem as mesmas fragilidades das famílias da segunda trajetória, agravadas pelas restrições da disponibilidade de capital e área - numa atividade marcada pelos ganhos de escala, além da dependência de prestadores de serviços, que são potenciais interessados na compra ou arrendamento de suas pequenas glebas - o que coloca em questão a continuidade futura de sua condição de sojicultores.

A quarta trajetória é formada por famílias que não cultivam soja em nenhum ano do estudo. Trata-se de grupo de famílias com perfil etário e número de integrantes similar ao da primeira trajetória, todavia, nesse caso, a pluriatividade perde espaço, ainda que siga absorvendo um quinto da força de trabalho familiar. Essas famílias possuem áreas de terras e volume de capital inferiores aos das famílias em processo de sojicização e centram suas estratégias de reprodução na diversificação das fontes de renda, que apresenta uma composição mais equilibrada entre renda não agrícola, previdenciária e agrícola, complementada pelos ganhos do arrendamento de suas terras.

Para o avanço do trabalho pretende-se, futuramente, realizar nova coleta de dados junto ao mesmo grupo de famílias, o que permitirá a obtenção de informações em um terceiro ponto no tempo. Isso possibilitará a verificação do surgimento de novas trajetórias, além de atualizar o panorama dessa atividade produtiva entre agricultores familiares, bem como verificar os desdobramentos e implicações da produção de soja nas distintas trajetórias aqui identificadas. Além disso, pretende-se aprofundar a análise

da relação entre o setor sojicultor e não sojicultor da agricultura familiar, que se dá através do arrendamento de terras.

### Referências Bibliográficas

AFDLP - Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade. **Relatório final**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR; Pelotas: UFPel/PPGA, 2004.

ANDRIOLI, A. I. **Soja orgânica versus soja transgênica**: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Chapecó: UFFS, 2016. 362 p.

BACHA, C. J. C.; STEGE, A. L.; HARBS, R. Ciclos de preços de terras agrícolas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v.25, n. 4, p. 18-37, 2016.

BAZOTTI, A. **Racionalidades e estratégias dos sojicultores familiares do Sudoeste Paranaense**. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BONETTI, I. et al. **Radiografia da agropecuária gaúcha 2020**. Porto Alegre: Secretaria Estadual de Agricultura - Departamento de Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Rural, 2020.

BOSCARDIN, M.; SPANEVELLO, R. M. A importância da aposentadoria rural para agricultores familiares sem sucessores no norte do Rio Grande do Sul: o caso do município de Frederico Westphalen. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 26, n. 2, p. 35-51, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v26i2a2019.1944>

BRUM, A. L. **O Brasil na história da economia mundial da soja**. Departamento de Economia e Contabilidade, Universidade de Ijuí. Textos para discussão nº 2. Ijuí, Unijuí, 1992. 200 p.

CARBONERA, R. et al. Diversidade de sistemas produtivos e sustentabilidade na agricultura. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, p. 98–118, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2505>

CARBONERA, R. et al. Níveis de reprodução social e estratégias para a agricultura familiar. **Redes**, v. 25, p. 2035-2059, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.14108>

CONTERATO, M. A. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A.; RODRIGUES, S. R. A commoditização do PRONAF e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5578>

COSTA, N. L. et al. Aspectos da importância do complexo soja no Brasil e no Rio Grande do Sul: 1997 – 2017. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 1840-1863, nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i4.12735>

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G. Previdência social e desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C. SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DEON, P. R. C.; AZEVEDO, L. F.; ALMEIDA NETTO, T. A produção de grãos como estratégia de reprodução da agricultura familiar reflexões a partir do caso do município de Novo Machado - RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 38, jan./mar, 2017, p. 261-294 DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.38.261-294>

ELOY, L.; WESZ JUNIOR, V. J.; BÜHLER, E.A. A expansão da soja na América do Sul: uma proposta metodológica baseada na abordagem territorial. *In*: GRISA, C. et al. **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2022. p. 37-63.

ESCHER, F.; WILKINSON, J. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 57, p. 656-678, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017>

ESCHER, F.; WESZ JUNIOR, V. J. Dinâmica recente do complexo soja-carne Brasil-China no contexto do Cone Sul. **Campo-Território**, v. 17, n. 46, p. 131-151, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT174606>

FAVARETO, A. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado**. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **FEE dados**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2022.

FRITZ, E. R. et al. A. Análise do mercado de terras no estado do Rio Grande do Sul. *In*: SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, 3., 2018, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: UFSM, 2018.

GUEDES, A. C.; CAZELLA, A. A. Arrendamento de terras e agricultura familiar na região meio oeste de Santa Catarina. **Interações**, v. 20, p. 1249-1261, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v20i4.1877>

GUEDES, A. C.; CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J. Arrendamento de terras: a heterogeneidade de atores sociais no meio oeste catarinense. **Campo-Território**, v. 14, n.34, p. 255-284, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. IBGE: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomi7co/estado/divisao-geopolitica-do-rs/>. Acesso em: 17 ago. 21.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. IBGE: Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 ago. 21.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal – PAM 2017 e 2021**. IBGE: Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 12 out. 2022.

LIMA, A. J. P. et al. **Administração da Unidade de Produção Familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1995.

LIMA, A. J. P.; HENRIQUES, A. O.; HENNING, C. C. A produção leiteira como alternativa estratégia para o desenvolvimento da agricultura: um estudo no município de Salvador das Missões – RS. *In.*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 9., Brasília, 2012. **Anais...** Brasília, SBSP, 2012.

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Ciesas, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora ATLAS, 2010. 297 p.

NIEDERLE, P. A.; ESCHER, F.; CONTERATO, M. A. Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo. *In.*: CONTERATO, M. et al. (org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 205-225.

PIERRI, J.; WESZ JUNIOR, V. J. La sojización en Argentina y Brasil (1980/2014): influencia de las políticas públicas, de las empresas transnacionales y de la estructura económica dependiente. **Extensão Rural**, v.24, n.1, p. 20-41, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179623118>

POMPEIA, C. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 35, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>

SANTOS, A. B. et al. **Financeirização da agricultura e da terra no Brasil**: dinâmicas em curso e disputas em jogo. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C. et al. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

SILVA, M. N. da.; SACCO DOS ANJOS, F. A expansão da soja no município de Jaguarão/RS: análise das percepções através da abordagem narrativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 3, e213748, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.213748>

SILVEIRA, F. G. O trabalho agrícola no *boom* do agronegócio e na expansão das políticas públicas para a agricultura. **Mercado de Trabalho**, n. 63, p. 28-38, 2017.

SODRÉ, R. B. et al. As faces do agronegócio maranhense: uma análise da expansão agrícola e do aumento da violência no campo. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 599-622, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p599>

SOSA, A. P. **El papel de las megaempresas agropecuarias en la financiarización del régimen alimentario global: los casos del Grupo Los Grobo y El Tejar en Argentina y en Brasil (1996-2015)**. Buenos Aires: UBA/UT2J, 2017.

SPANVELLO, R. et al. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.40.348-372>

THIES, V. F. **Desagrarização e concentração produtiva: análise longitudinal das trajetórias da agricultura familiar nas Missões do RS**. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

THIES, V. F. Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade ambiental: o caso de Salvador das Missões – RS. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, v.4, n. 2, p. 1-11, 2022. DOI: <https://doi.org/10.48075/ijerrs.v4i2.28593>

THIES, V. F.; CONTERATO, M. A. Desagrarização e agrarização da agricultura familiar em Salvador das Missões - Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 1, p. 1-22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245689>

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VAN DER PLOEG, J. D. Differentiation: old controversies, new insights. **The Journal of Peasant Studies**, p. 1 – 36, 2017.

WESZ JUNIOR, V. J.; BUENO, V. N. A produção de soja em pequenas propriedades familiares na Região das Missões/RS. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 46., Rio Branco, 2008. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

WESZ JUNIOR, V. J.; GRISA, C. O Estado e a soja no Brasil: a atuação do crédito rural de custeio (1999-2015). *In: Renato S. Maluf; Georges Flexor. (Org.). Questões agrárias, agrícolas e rurais Conjunturas e políticas públicas*. 1ªed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017, v. 1, p. 97-111.

WESZ JUNIOR, V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Grifos**, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5353>

ZANON, R. S. et al. Produção de soja no Brasil: principais determinantes do tamanho das propriedades. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 48., Campo Grande, 2010. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010.

ZIMMERMANN, S. A.; COHENE, D. J. B.; RIQUELME, N. “De un lado soja, de otro la ganadería”: la cuestión alimentaria de los pueblos indígenas em Paraguay y sus políticas públicas. *In: LE COQ, J. F. et al. (Orgs.). Políticas publicas y sistemas alimentarios en America Latina*. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. p. 519-544.

Recebido em 03/03/2023.

Aceito para publicação em 09/06/2023.